

FH festeja Real e defende Proer

Na ESG, presidente rebate acusação de clientelismo e apela para Congresso aprovar reformas

Roberto Stuckert Filho

Antecipando-se em 15 dias às comemorações do segundo aniversário do Plano Real, que deverá ser a principal bandeira dos candidatos ligados ao Governo nas eleições municipais de outubro, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez ontem uma avaliação positiva do plano de estabilização econômica na cerimônia de apresentação dos 113 estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), no Palácio do Planalto. Didático, Fernando Henrique praticamente transformou em aula a solenidade, falando por mais de 40 minutos. Sua preocupação foi esclarecer pontos controversos, que deverão ser alvo de críticas de candidatos da oposição na campanha eleitoral. O presidente falou sobre o crescimento da economia, fez novo apelo ao Congresso para que aprove as reformas constitucionais, rebateu as acusações de fisiologismo, disse que está acabando com o clientelismo na área social e defendeu o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer).

— Cansei de ouvir dizer que estamos usando dinheiro que devia ser dado para a educação e a saúde para os bancos. Não é verdade. Esse dinheiro não é do Tesouro. É do sistema bancário. E não é dado, é emprestado — afirmou.

Segundo Fernando Henrique, a fase mais dramática do ajuste econômico já passou. O melhor retrato do sucesso do Plano Real, para o presidente, é o fato de cerca de cinco milhões de pessoas terem saído da linha de pobreza absoluta e a perspectiva de o país registrar um crescimento econômico de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) até o fim deste ano, com uma inflação anual entre 12% e 15%. Ele acredita, porém, que nem todos os desafios estão superados e fez novo apelo ao Congresso para que aprove as reformas constitucionais.

— Graças à rigidez de nossa Constituição de 1988, e eu sou co-autor dela, me penitencio e, no possível, procuro modificá-la, nós amarramos a União do ponto de vista orçamentário — reconheceu o presidente.

FH lembra México, especulação com divisas e crise no sistema bancário

Ele também fez questão de lembrar as dificuldades que o Governo enfrentou no ano passado a partir da crise do México, que exigiu a mudança da banda cambial e foi seguida por uma série de especulações que provocaram a saída de US\$ 10 bilhões de reservas do país, a crise no sistema bancário nacional e a implantação do Proer.

O presidente se queixou ainda das insinuações de que o Planalto teria cedido a barganhas políticas no processo de votação da reforma da Previdência e atacou os grupos de pressão e lobbies que atuam hoje no Congresso:

— Estamos lutando pelo interesse público. Não é uma troca de favores entre o presidente, o Governo e o Congresso. O Congresso, naturalmente, tem direito de defender suas teses. Há lobbies no Congresso. É normal que haja. Não dentro do Congresso, mas de fora para dentro, que é o normal. Dentro, o Congresso deve fazer a mesma coisa que o Governo faz: pensar qual é o melhor para o país, qual o interesse público.

Fernando Henrique não deixou sem resposta os críticos dos programas sociais do Governo. Garantiu que o Executivo conseguiu quebrar o elo da corrup-



O PRESIDENTE FERNANDO Henrique Cardoso passa entre os ministros militares Benedito Leonel (Emfa) e Alberto Cardoso (Casa Militar)

ção e do clientelismo na área social e deu como exemplo a liberação, no próximo dia 21, de R\$ 250 milhões que serão repassados diretamente para as diretorias de escolas públicas do país.

— O cheque vai diretamente para a diretoria da escola. No futuro, nós queremos que as associações de pais e mestres sejam o órgão que vai discutir o que vai ser feito com esse dinheiro. Não passa pelo prefeito, não passa pelo deputado, não passa por ninguém. Quebramos o clientelismo. Isso é reforma do Estado — destacou.

Ao comentar as dificuldades financeiras na área de saúde, o presidente defendeu a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele admitiu que a medida não é a ideal e que o sistema de atendimento do setor tem de ser alterado, mas argumentou que até agora ninguém conseguiu apresentar uma fórmula melhor para se enfrentar a situação.

— Primeiro me deem a CPMF. Se me derem a CPMF, depois eu anulo para dar lugar a um outro imposto, se ele for melhor. Não vamos dar uma coisa nem ou-

tra. Quem decide é o Congresso, ele é soberano. Mas não venham depois pedir que o Governo atenda com os recursos que não tem — advertiu.

A platéia repleta de oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica fez o presidente lembrar das novas responsabilidades constitucionais das Forças Armadas, que deverão dar apoio logístico às forças policiais no combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas. Para enfrentar esses novos desafios, disse que será preciso dar mais recursos às Forças Armadas. ■